

OS USOS POLÍTICOS DO BANRISUL: DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES NO JORNAL *A FEDERAÇÃO* (1928-1937)

THE POLITICAL USES OF BANRISUL: DISCOURSES AND REPRESENTATIONS IN THE NEWSPAPER *A FEDERAÇÃO* (1928-1937)

Yuri Batista da Silva¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo abordar os usos políticos do Banrisul a partir de 1928, ano em que foi fundado, até 1937, por meio da construção de discursos e representações publicados no jornal *A Federação*. Para tanto, optou-se por dividir o trabalho em três partes: a primeira é dedicada à criação do jornal *A Federação* e à sua inserção na política rio-grandense; a segunda parte traz a fundação do Banrisul e o contexto político-econômico que ensejou sua criação; e, por fim, a terceira parte apresenta como o Banrisul foi instrumentalizado politicamente a partir do jornal *A Federação* e como os discursos em torno do banco mudaram acompanhando outras mudanças contextuais.

Palavras-chave: A Federação; Banrisul; política; representações; discursos.

Abstract: This study aims to address the political uses of Banrisul from 1928, the year of its foundation, until 1937, through the construction of discourses and representations published in the newspaper *A Federação*. To achieve this goal, the study is divided into three parts: the first part is dedicated to the creation of the newspaper *A Federação* and its insertion into the politics of Rio Grande do Sul; the second part focuses on the foundation of Banrisul and the political-economic context that led to its establishment; and finally, the third part presents how Banrisul was politically instrumentalized through the newspaper *A Federação* and how the discourses surrounding the bank changed along with other contextual shifts.

Keywords: A Federação; Banrisul; politics; representations; discourses.

¹ Universidade Federal de Santa Maria, mestrando, e-mail: yurisilva67@gmail.com, financiamento CAPES/DS.

JORNAL A FEDERAÇÃO

Em 23 de fevereiro de 1882, foi fundado, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), com o objetivo de combater o regime monárquico brasileiro e instaurar a República em seu lugar. No ano seguinte, em 1883, o PRR organizou o Congresso Republicano, onde foi aprovado o projeto de criação de um órgão jornalístico com o objetivo de expor os ideais republicanos do partido e servir como elemento de ligação entre os diversos clubes republicanos existentes na província (ROSSINI, 2005, p. 231). Assim, o jornal *A Federação* foi criado e começou a circular em 1º de janeiro de 1884, seguindo as seguintes diretrizes:

I – Discutir e sustentar a legitimidade e oportunidade do sistema de governo republicano no Brasil; II – Dentro da legitimidade monárquica e enquanto não se operar a mutação na forma de governo – empenhar-se por todas as reformas que auxiliem e facilitem a vitória do partido, prestando apoio a todos os atos da autoridade que tendam a efetuação dessas reformas; III – Expor, sustentar e promulgar ideias e medidas administrativas e econômicas, sempre filiados ao sistema federativo, que sejam de real utilidade pública. (OSÓRIO, 1930, p. 18 apud VIZENTINI, 1980, p. 325).

Nos primeiros meses de circulação, o jornal contou com a editoração de Venâncio Aires, mas em meados de 1884, Júlio de Castilhos assumiu o cargo, no qual permaneceu até 1891. Caracterizado como crítico, polemista, autoritário e voluntarioso (PICCOLO, 2005, p. 86), Castilhos foi implacável nas críticas à monarquia e aos seus defensores, além de disseminar o ideário positivista, que exercia forte influência sobre suas ideias.

Com o fim do regime monárquico em 1889, o jornal manteve seu caráter combativo contra os adversários políticos do partido e de Castilhos, que se tornava uma das principais lideranças republicanas no Rio Grande do Sul. Em 1893, após um conturbado período político no estado, com juntas governativas e vários presidentes provisórios, Júlio de Castilhos reassumiu a presidência do estado, o que foi amplamente contestado pelos opositoristas e culminou na Revolução Federalista, um dos episódios mais sangrentos da história brasileira. Após o término do violento confronto em 1895, Júlio de Castilhos, vitorioso, permaneceu no poder até 1898, e o PRR, com outros nomes, só deixou a presidência rio-grandense em 1930.

De combatente do regime instaurado, o jornal *A Federação* passou a ser o grande defensor das ações efetuadas pelos governantes do PRR frente à administração pública estadual, além de manter seu caráter doutrinário e realizar ataques aos rivais, que variavam dependendo do momento. A fidelidade do *A Federação* aos presidentes gaúchos do PRR – Júlio de Castilhos, Carlos Barbosa e Borges de Medeiros – é destacada como absoluta por Cristina Jungmann (1980, p. 393). Além desses, também é possível adicionar a figura de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul de 1928 até 1930 (VIZENTINI, 1980, p. 328). Isso permite concluir que, enquanto o PRR ocupou o executivo

rio-grandense, o jornal *A Federação* atuou como um dos mecanismos de disputa pelo imaginário social por parte do governo e dos interesses que representava. Segundo Bronislaw Backzo, o imaginário social é um dos aspectos da vida social em que uma determinada coletividade

Designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código do 'bom comportamento', designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do 'chefe', o 'bom súdito', o 'guerreiro corajoso', etc.

[..] O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida coletiva. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem a mesma coletividade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais, etc. [cf. Gauchet 1977]. O imaginário social é, pois uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais. (BACZKO, 1985, p. 309-310).

Nesse sentido, Baczko ajuda a compreender a importância que os discursos e narrativas possuíam e possuem para os agentes sociais. Por meio desses discursos, era possível defender suas imagens, posições e aspirações, permitindo constantes criações e recriações de representações de si mesmos, dos outros e do meio em que estavam inseridos. Além disso, segundo Roger Chartier, as representações são "as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado" (2002, p. 17). Em outras palavras, o conceito de representação nos trabalhos de Chartier é considerado como uma elaboração de significados que dão sentido à realidade (ELIBIO JUNIOR, 2006, p. 18). Ainda segundo Chartier,

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (2002, p. 17).

Dessa forma, é possível afirmar que o jornal *A Federação* foi um importante instrumento empregado pelos governantes gaúchos – e pelo partido de forma mais geral – para divulgar as representações que construíam de si mesmos, com o objetivo constante de disputar o imaginário social, manter as posições estabelecidas e alcançar suas aspirações futuras.

Na década de 1930, o jornal *A Federação* manteve vínculo com o executivo rio-grandense, acompanhando as modificações partidárias que ocorreram no período: em 1932, deixou de ser o órgão oficial do PRR e tornou-se o órgão oficial do recém-fundado Partido Republicano Liberal (PRL)².

² Com a Revolução Constitucionalista de São Paulo, lideranças políticas no Rio Grande do Sul, como Borges de Medeiros pelo PRR e Raul Pilla pelo PRL – os partidos que compunham a Frente Única Gaúcha em apoio a Vargas – optaram pelo apoio aos paulistas. No entanto, essa decisão não representou a totalidade de nenhum dos partidos. Foi então que Flores da Cunha, em novembro de 1932, organizou o PRL, composto por ex-integrantes dos partidos anteriores que permaneciam favoráveis a Vargas.

Durante esse período, o jornal continuou atuando em favor dos governos de José Antônio Flores da Cunha, primeiro como interventor, nomeado por Getúlio Vargas em novembro de 1930, e, em seguida, na condição de governador eleito, o que durou de 15 de abril de 1935 até 18 de outubro de 1937, quando Flores da Cunha renunciou ao governo e se exilou no Uruguai após uma franca disputa política contra Vargas.

Após o Decreto do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, não demorou muito para que os partidos políticos fossem extintos pelo novo regime. Como resultado, o jornal *A Federação*, que sempre atuou como órgão de imprensa partidária, encerrou suas atividades. Com mais de cinquenta anos de atuação na política rio-grandense, foi extinto o maior representante de uma tendência do jornalismo gaúcho chamada de político-partidária, conforme Francisco Rüdiger (2003, p. 43).

A CRIAÇÃO DO BANRISUL

A existência de bancos com sede no Rio Grande do Sul remonta a meados do século XIX, quando em 1858 foi fundado o Banco da Província. No final do mesmo século, em 1895, foi criado o Banco Nacional do Comércio, seguido pelo Banco Pelotense em 1906. Esses três bancos lideravam o cenário financeiro gaúcho em termos de patrimônio líquido, depósitos e aplicações em 1928. Fora tais instituições, ainda existiam outros bancos menores sediados no estado, como o Banco Porto-Alegrense, o Banco de Crédito Territorial Sul-Brasileiro, o Banco Popular do Rio Grande do Sul e o Banco Pfeiffer. Além dos bancos locais, havia também outras instituições de crédito, como o Banco do Brasil, Banco Popular Italiano e Caixa Econômica entre os bancos brasileiros, *Banque Française & Italienne pour l'Amérique du Sud*, *British Bank of South America* e *Bank of London & South America* entre os bancos estrangeiros. Além disso, existiam diversas outras organizações de crédito, como caixas rurais, casas bancárias e particulares. Todas essas instituições de crédito mencionadas faziam parte do sistema financeiro gaúcho em 1928, ano de fundação do Banco do Rio Grande do Sul (LAGEMANN, 1985).

Apesar do número expressivo de instituições, especialmente no que se refere aos bancos sediados no Estado, ou seja, instituições formadas com capitais gaúchos, pode-se questionar: o que motivou a criação de mais um banco? Uma resposta para essa pergunta pode ser encontrada no I Congresso dos Criadores, realizado entre os dias 24 e 29 de maio de 1927.

Nesse congresso, que contou com discursos de abertura do presidente do estado, Borges de Medeiros, e do deputado federal Joaquin Luis Osorio, diversos assuntos foram debatidos em comissões. Entre eles, destaca-se a criação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, o código rural e a introdução do gado zebu. No entanto, duas pautas se destacaram como sendo de extrema importância para os criadores congressistas. Primeiramente, em relação ao contrabando

na fronteira, foi aprovado que as elevadas taxas protecionistas contra a entrada de gado de corte no Estado fossem mantidas, e também que fossem tomadas providências relacionadas à fiscalização do abate de gado e à emissão das respectivas guias (A FEDERAÇÃO, n. 118, 1927, p. 3). Em segundo lugar, foi debatida a questão do crédito rural³, considerada a pauta mais relevante do congresso pelo deputado federal convidado e também criador, Joaquin Luis Osorio (A FEDERAÇÃO, n. 121, 1927, p. 3). Durante a mesa de abertura do congresso, o deputado deixou claro o quão imprescindível era essa questão.

A instituição do credito rural hypothecario urge. O nosso aparelhamento de credito puramente comercial, não pode servir nem para lavoura, nem para pecuária, que exigem dinheiros a taxas modicas e a prazos largos. A Argentina e Uruguay, julgo, offerecem o typo modelo do banco que precisamos. [...] Quantas vantagens não decorreriam desse regime de credito para o Rio Grande do Sul? As consequências beneficicas não tardariam. Fariam a libertação da propriedade territorial das actuaes hypothecas a curto prazo com o seu cortejo de renovação e commissões onerosos juros elevados e de vendas forçadas para pagamento das dividas: dariam estimulo aos proprietários ruraes, fornecendo-lhes o capital sufficiente para melhor aparelhamento dos campos. (A FEDERAÇÃO, n. 118, 1927, p. 2).

Crédito rural, real, agrícola ou hipotecário – como mencionado por Osório – fazia parte das diversas terminologias utilizadas na época, mas, com suas diferenças práticas, todos eles compartilhavam características de longo prazo e juros módicos. Esse tipo de transação chegou em 1927 como uma demanda histórica da classe agropecuária gaúcha, que procurava obter esse tipo de crédito nos outros bancos existentes no estado, como os bancos comerciais, que estavam voltados principalmente para o comércio e, em menor medida, para a indústria. Como não conseguiam obter crédito na proporção e nas condições necessárias, os produtores acabavam recorrendo a empréstimos existentes, mencionados por Joaquin Osorio como "actuaes hypothecas a curto prazo".

Em relação à necessidade de uma instituição que oferecesse o tipo de transação que os produtores demandavam, o membro da comissão de crédito Manoel Luís Osório argumentou que "o capital nacional encontra melhores remunerações e o capital estrangeiro é de aquisição difícil" (A FEDERAÇÃO, n. 121, 1927, p. 3). Além disso, mencionando iniciativas privadas infrutíferas para a criação do crédito rural no estado, defendeu que "melhor será que o Estado se faça o banqueiro das classes productoras" (*Ibid.*) a exemplo do que ocorria no Uruguai e na Argentina.

³ A comissão do crédito rural era composta pelos seguintes nomes: Dr. Manoel Freitas Valle e Silva, Dr. Manoel Luís Osório, Coronel Guilherme Echenique, Dr. Francisco Dutra, Dr. Victor Bastian, Coronel Frederico Gomes, José Lopes Arnoni, Coronel Feliciano Vieira, Dr. Egydio Hervé e Coronel Pereira Rego (A FEDERAÇÃO, n. 118, 1927, p. 3).

Para a comissão do crédito rural no Congresso dos Criadores, foram apresentados dois projetos de bancos de crédito rural: um baseado na subscrição de ações e outro que previa a criação de uma instituição "oficializada" com uma diretoria composta por representantes do governo e dos criadores. Essas propostas foram apresentadas, respectivamente, por Gedeon Desessard Leite e Manoel de Freitas Valle e Silva. No entanto, a primeira proposta foi negada pelo parecer da comissão, lido pelo relator Egidio Hervé, que alegou que não seria

Condizente com os fins que se destina satisfazer um banco de 'crédito rural', tendo por principal função fazer empréstimos a prazos longos e juros modicos. Taes institutos de credito devem zelar, por excellencia, os interesses dos clientes, não podendo, portanto, cuidar de preocupar-se com lucros para accionistas. (A FEDERAÇÃO, n. 122, 1927, p.3).

Já a segunda proposta, de Manoel de Freitas Valle e Silva, obteve uma adesão maior da comissão, que aprovou conclusões com poucas mudanças em relação ao texto original. Mais complexa e detalhada que a primeira, nessa proposta foi defendida a criação do "Banco Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul", e foram apontados diversos meios para a obtenção de capitais, exceto a formação por ações. Como já mencionado, de acordo com a proposta, esse estabelecimento seria "um instituto de credito oficializado e não official [com direção] constituída de representantes do governo e dos interessados no banco" (*Ibid.*). Na linguagem dos congressistas, "oficializado" seria o banco de diretoria mista, composta por representantes do governo e pelos reais interessados nos assuntos do banco. Manoel Freitas Valle e Silva deixa claro em sua proposta que tal instituição tenha uma diretoria de caráter misto.

No entanto, entre as conclusões finais aprovadas pela comissão, as conclusões B e C abordaram a questão de outra maneira. Enquanto a conclusão B afirmou: "É necessário que o Poder Publico institua o credito rural, official ou officializado, defendendo assim a maior riqueza do Estado, contribuindo para a verdadeira grandeza do Brasil" (*Ibid.*), a conclusão C apontou o seguinte: "entende ser conveniente que seja tomada em apreço a criação de um instituto de credito officializado" (*Ibid.*). Em outras palavras, a comissão de crédito aprovou a criação de um banco de crédito rural pelo Poder Público, que poderia ter uma direção totalmente pública ou mista, sendo esta preferível em relação aquela. Os congressistas argumentaram que uma direção mista contaria com a autoridade e o prestígio do Poder Público, ao mesmo tempo que teria a dedicação da classe interessada, que zelaria de perto por seus próprios interesses (*Ibid.*). Ainda sobre essas duas conclusões, também é interessante apontar que, apesar da sugestão de Manoel Luis Osório para que o banco fosse criado pela União e da proposta de Valle e Silva de criar um banco gaúcho, a comissão aprovou apenas que "o Poder Publico institua o credito rural", sem especificar a qual esfera competiria essa tarefa.

Outras conclusões da comissão foram: D, que as terras dos criadores fossem aceitas como garantia para os empréstimos e que fosse competência da Federação das Associações Rurais mapear tais terras e suas respectivas produções; E, que fossem utilizados métodos para favorecer o produtor e baixar os valores na liquidação dos empréstimos; e F, que o banco criado ficasse proibido de conceder empréstimos na categoria de juros baixos e prazos longos que não contribuíssem diretamente para a agropecuária (A FEDERAÇÃO, n. 122, 1927, p. 3-4).

Para levar adiante as conclusões aprovadas, a conclusão A definiu que fosse criada uma comissão formada por especialistas para tratar da fundação do banco, trabalhando junto ao governo e às classes rurais (A FEDERAÇÃO, n. 122, 1927, p. 3). Dadas as características, obviamente, foi de fundamental importância obter o maior apoio político possível. Nesse sentido, logo após o encerramento do Congresso dos Criadores, Manoel de Freitas Valle e Silva, um dos mais engajados defensores da criação do crédito rural⁴, publicou um artigo intitulado "*Gesto de Estadista*", para valorizar o apoio facultado por Borges de Medeiros que

Affirmou estar disposto, legítimo representante como é do governo riograndense e do partido dominante, a executar as resoluções do Congresso que se enquadrassem dentro das leis [...] dando inteira liberdade de acção aos mais altos e representativos expoentes da pecuaria gaucha reunidos em Congresso e hypotecando o apoio de seu governo e de sua representação politica ás resoluções que porventura fossem votas e aprovadas pela maioria. Assim procedem os governos das republicas representativas modernas que sem abandonar suas ligações com as aggremações politicas a que se filiam vão perscrutar no seio dos organismos econômicos que se arregimentam as correntes de ideias e de interesses que se entrechocam! (A FEDERAÇÃO, n. 122, 1927, p. 1).

Apesar do apoio ao congresso e às conclusões aprovadas no mesmo, Borges de Medeiros, ao menos no que diz respeito ao banco de crédito rural, não fez muita coisa: não só por acreditar que um banco da natureza solicitada pelos congressistas deveria ser competência da União – caso suas ideias de 1922 ainda estivessem de pé em 1927 –, mas também porque, graças ao Pacto de Pedra Alta⁵, assinado em dezembro de 1923, Borges de Medeiros não poderia reassumir a presidência do estado após findar seu mandato em janeiro de 1928.

⁴ Pesquisando seu nome no acervo do *A Federação*, encontram-se diversos textos do autor desde 1922. São eles: *Actualidade pecuária: causas e efeitos da crise* (A FEDERAÇÃO, n. 130, 1926, p. 1); *A crise da agropecuaria e o credito real* (A FEDERAÇÃO, n. 130, 1926, p. 1); *Ainda sobre o credito real: A urgencia de seu estabelecimento* (A FEDERAÇÃO, n. 140, 1926, p. 1); e, por fim, *Ainda sobre o credito real: A urgencia de seu estabelecimento II* (A FEDERAÇÃO, n. 141, 1926, p. 1).

⁵ O Pacto de Pedras Altas pôs fim ao conflito armado entre ximangos, partidários do presidente Borges de Medeiros, e maragatos, liderados por Assis Brasil. Apesar da vitória que garantiu o término de seu mandato, Borges de Medeiros não poderia mais se candidatar ao governo estadual. Além do enfraquecimento borgista no Estado, que cedeu espaço para a oposição, sua permanência no poder implicou em rearticulações internas dentro do próprio PRR, o que acabou concedendo maiores poderes aos seus correligionários no âmbito local. Esse contexto político permitiu que, em 1928, Getúlio Vargas assumisse o governo gaúcho, deixando para trás o cargo de Ministro da Fazenda de Washington Luís (AXT, 2004).

Ainda em dezembro de 1927, foi publicado um artigo intitulado "*Crédito Rural*", assinado por Domingos Santayana de Mascarenhas, representante da Associação Rural de São Francisco de Paula, que buscou atualizar sobre o que havia sido feito referente ao crédito após o Congresso dos Criadores. Nesse artigo, o autor ressaltou com euforia as demonstrações de Getúlio Vargas, eleito o novo presidente do estado, em favor do crédito rural:

Ultimamente, um acontecimento notavel veio encher de jubilo e de justas esperanças a grande classe rural. Em discurso incisivo e preciso, o dr. Getulio Vargas referiu-se ao credito rural e á necessidade inadiavel da sua effectivação no Rio Grande do Sul. As palavras do nosso presidente eleito põem corôamento de ouroa todo o enorme esforço theorico deste anno de propaganda em torno do credito rural. Tudo nos autoriza a conta com a immediata realização desse sonho, no anno que entra, pois, diz o eminente gaúcho, 'o Rio grande do Sul, pelo valor de suas terras, pelo volume de sua riqueza e pela solidez de suas instituições bancarias, tem as possibilidades necessárias para defrontar e resolver o problema do credito rural, dentro de suas fronteiras. E será esse um dos maiores serviços que se poderá prestar ás duas principais riquezas do Estado – pastoril e agrícola'. (A FEDERAÇÃO, n. 299, 1927, p. 1, grifo do autor).

No segundo Congresso dos Criadores, realizado entre os dias 25 e 29 de abril de 1928, os criadores gaúchos, que levavam as mesmas bandeiras do primeiro, puderam contar com a presença de Getúlio Vargas que se comprometeu oficialmente com a criação de tal banco (SILVEIRA, 2004, P. 25). E foi nesse clima de euforia e união política em torno de um projeto – unindo a cindida classe política gaúcha, composta, em grande medida, por indivíduos pertencentes à "grande classe rural" – que, em junho de 1928, Getúlio Vargas solicitou à Assembleia, convocada extraordinariamente, a autorização para a contratação de um empréstimo de 42 milhões de dólares, com juros de 6% e prazo de 40 anos para o pagamento. O empréstimo seria destinado ao resgate da dívida flutuante, à conversão das dívidas interna e externa e à criação de um banco de crédito rural, o que foi imediatamente aceito tanto por deputados governistas quanto pela oposição, que até então era crítica ao crescimento da dívida pública (AXT, 2004, p. 124).

Assim, em 22 de junho de 1928, por meio do Decreto nº 4.079, foi criado o Banco do Rio Grande do Sul – na época sob a sigla BRGS –, contando com um capital inicial de 50.000 contos, dos quais 35.000 eram estatais, provenientes do empréstimo, enquanto os 15.000 contos restantes deveriam ser subscritos em chamadas de capitais privados após a fundação do estabelecimento, o que dava um caráter de entidade mista ao novo banco.

No dia 28 de julho, foi convocada a primeira assembleia geral dos acionistas, na qual foi aprovado o estatuto do banco e eleita sua direção, com o general Firmino Pain Filho, Secretário da Fazenda de Getúlio Vargas, assumindo a presidência, enquanto os outros quatro diretores eleitos foram João Vieira de Macedo, coronel Agnello Corrêa, Renato Costa e major Luís Gomes. Na sequência dos fatos, em 28 de agosto, o presidente do Brasil, Washington Luís, baixou o Decreto nº

13.374, autorizando o Rio Grande do Sul a criar um banco de crédito rural. Em 6 de setembro, Getúlio Vargas aprovou os estatutos do banco por meio do Decreto nº 4.139 e, finalmente, em 12 de setembro de 1928, foi inaugurado o novo banco com sede em Porto Alegre (SILVEIRA, 2004, p. 25).

A organização e o funcionamento do banco iniciou com a operação de duas carteiras independentes entre si: a carteira hipotecária e a carteira econômica. A carteira hipotecária ficou responsável pela concessão de empréstimos de longo prazo a partir do capital inicial do banco e de futuros recursos obtidos por meio da emissão de letras hipotecárias no exterior, além da compra e venda dessas letras. Esses novos recursos, segundo Firmino Pain Filho, seriam constantemente transformados em "numerário a ser suprido ao produtor" (A FEDERAÇÃO, 1928, ed. 211, p. 2). No discurso de inauguração do banco, o diretor-presidente dedicou grande parte de sua fala a justificar a criação do mesmo e o seu compromisso máximo com a agropecuária e a agricultura rio-grandense:

Em tempos normais, poderão elas [produção agrícola e pastoril] viver e prosperar sem ele [crédito rural], como até aqui tem sucedido; mas, quando sobrevêm crises periódicas ou acidentais, a ausência do crédito real é então o facto mais grave, porque só ele pode servir de sustentáculo á atividade rural. (A FEDERAÇÃO, 1928, ed. 211, p. 2).

Quanto à carteira econômica, esta foi destinada à realização de operações de menor prazo e à coleta de depósitos financeiros, assemelhando-se, assim, ao funcionamento dos bancos comerciais/privados existentes no período. Apesar de existir uma carteira econômica dentro do banco, suas operações seriam voltadas igualmente e essencialmente para o fomento da produção rural. Além disso, Firmino declarou enfaticamente que sua criação teve o objetivo de "dar mais elasticidade a sua atuação [do banco], criando nova fonte de renda para assim fazer face às suas múltiplas despesas, e assim, diante do volume de negócios, reduzir gradativamente os juros a serem cobrados de seus mutuários" (A FEDERAÇÃO, 1928, ed. 211, p. 2). Em outras palavras, o objetivo da carteira econômica foi o de auxiliar a carteira hipotecária, que era a principal carteira do banco.

O NOVO BANCO NAS PÁGINAS DO JORNAL *A FEDERAÇÃO*

Antes de iniciar esta parte do trabalho, é importante esclarecer alguns aspectos relevantes sobre a metodologia de pesquisa empregada. Primeiro, a fonte consultada, ou seja, o jornal *A Federação*, foi obtida digitalizada no sítio eletrônico da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. No acervo da Hemeroteca, estavam disponíveis a maioria das edições do referido jornal para o recorte temporal da pesquisa, exceto o ano de 1930, inexistente em sua totalidade, e as edições de novembro e dezembro de 1932, bem como janeiro, fevereiro e março de 1935. Embora indesejável, a ausência dessas edições não se constituiu como um obstáculo para a realização do trabalho. Outro aspecto importante é que, devido ao elevado volume de edições existentes no período selecionado – cerca de

2.300 edições, com, no mínimo 8 páginas cada –, tornou-se inviável realizar uma análise minuciosa de cada edição e página. A solução encontrada foi utilizar o mecanismo de busca disponível no próprio sítio eletrônico, buscando pelas palavras-chave "Banco do Rio Grande do Sul". O resultado dessa busca, embora não tenha localizado cem por cento das menções existentes, encontrou uma amostra significativa, permitindo assim alcançar os objetivos que guiavam a pesquisa. Após essas considerações, é possível avançar com esta parte do trabalho.

Como foi assinalado na primeira parte, enquanto o jornal *A Federação* existiu, sempre atuou em prol dos interesses dos presidentes e governantes gaúchos vinculados, primeiro ao PRR e, depois, ao PRL. Entre os anos estabelecidos como recorte deste trabalho, o cargo de editor-chefe do jornal *A Federação* foi ocupado por diversos indivíduos e, nos anos de 1928 e 1929, quem esteve à frente do jornal foi o deputado estadual Othelo Rosa (PRR).

Nesses dois primeiros anos, o Banrisul foi amplamente instrumentalizado em favor da imagem de Getúlio Vargas ao ser diretamente e constantemente vinculado ao executivo rio-grandense, sendo suas ações apresentadas como fruto da orientação do governo. Esse elemento é evidenciado já ao noticiar a assembleia geral do dia 28 de julho, em que *A Federação* deu grande destaque à fala do Dr. Oscar Argollo, que propôs que

Fosse nomeada uma comissão para levar ao presidente do Estado as congratulações da assembleia, no momento em que se achava definitivamente instalado o Banco do Rio Grande do Sul [e] ainda que constasse em acta um voto de louvor ao general Firmino Pain Filho, pela dedicação com que delineou o plano do Banco. (A FEDERAÇÃO, n. 174, 1928, p. 4).

As duas propostas, segundo *A Federação*, teriam sido recebidas por "prolongados applausos (*Ibid.*). Como secretário da Fazenda e diretor-presidente do banco, a imagem de Firmino Pain Filho fez parte da narrativa que buscou associar o banco a Vargas. A figura de Pain foi destacada diversas vezes pelo jornal, como no banquete oferecido pela Federação das Associações Rurais, em que João Carlos Machado, "solicitado pelos xarqueadores presentes [...] levantou um brinde ao general Firmino Pain Filho, presidente do Banco do Rio Grande do Sul, pondo em relevo os altos méritos do secretário da Fazenda" (A FEDERAÇÃO, n. 176, 1928, p. 2). Embora João Carlos Machado⁶, membro do partido e funcionário da *A Federação*, tenha solicitado o brinde, fez-se questão de mencionar que essa foi, na verdade, uma solicitação dos charqueadores gaúchos.

Os discursos do próprio Firmino alimentavam a relação entre o banco e o governo de Vargas, como foi o caso de sua fala na inauguração do banco, reproduzida na íntegra pelo *A Federação*, visível no trecho a seguir:

⁶ Futuro editor-chefe do *A Federação*. Assumirá após a renúncia de Othelo Rosa em março de 1930.

Foi assim pensando, que o emérito presidente Getúlio Vargas, na sua constante preocupação em prol do engrandecimento de nossa terra, julgou azado o momento de dar a verdadeira directriz á prompta e immediata resolução desse [crédito rural], já para nós, secular problema. (A FEDERAÇÃO, n. 211, 1928, p. 2).

Em 20 de setembro de 1928, Vargas enviou à Assembleia dos Representantes uma mensagem que, entre outros pontos, explicou o destino do empréstimo que também foi utilizado para formar o capital inicial do Banrisul. Relacionado a essa mensagem, *A Federação* publicou, no dia 04 de outubro, um editorial intitulado "*Panorama Financeiro*", apontando a eficiência econômica de Vargas e ressaltando

Suas altas qualidades de político sadiamente orientado, de administrador que calcula e pondera para agir com segurança, e de estadista que não restringe a sua visão ao presente, mas haure os ensinamentos da experiência e dos princípios orgânicos da escola política em que se formou o seu espírito [ilegível] o seu caráter, para desbravar o futuro do seu Estado. (A FEDERAÇÃO, n. 229, 1928, p. 1).

Em um editorial intitulado "*Um Fator de Prosperidade*", publicado em 7 de maio de 1929, após uma extensa caracterização da atuação do Banrisul até dezembro de 1928 – com base no primeiro balanço geral da instituição, que demonstrou os primeiros resultados – *A Federação* disse o seguinte:

O sr. Getúlio Vargas, orientando a acção de seu governo num sentido inteligentemente prático, visando preferencialmente as fontes da vida económica, conseguiu assim dar-lhe um relevo singular, transformando-a em uma verdadeira força estimulante e realizadora. E a actualidade da situação do Rio Grande do Sul constitue o mais liquido e o melhor título da benemerencia do governo do Estado, que a justiça da opinião publica reconhece e proclama, por actos inequívocos e pelos seus mais autorizados e authenticos representantes. (A FEDERAÇÃO, n. 105, 1929, p. 1, grifo nosso).

Dois dias após esse editorial, em 9 de maio, foi publicada uma notícia a respeito da inauguração da agência do banco em Soledade. Nessa notícia, *A Federação* resumiu o discurso de Urbano dos Santos, que, após ressaltar a importância do banco, teria saudado Getúlio Vargas, dizendo: "de parabéns esta o benemérito Governo do Estado, superiormente orientado pela mentalidade extraordinária de Getúlio Vargas" (A FEDERAÇÃO, n. 107, 1929, p. 5). Na sequência, a notícia fez questão de destacar novamente outros indivíduos que, na ocasião, teriam saudado Vargas.

Ao terminar a solemnidade foram os presentes convidados a tomar um copo de cerveja e nesta ocasião usaram de palavra os drs. Jeronymo de Oliveira e Evaristo do Amaral, que em bellos improvisos inaltecendo a benemerita administração do dr. Getúlio Vargas e do General Paim Filho. (*Ibid.*).

Essa narrativa foi alimentada à medida que o novo banco executava suas operações de crédito nos anos de 1928 e 1929, dando a ideia de que o problema do crédito rural, uma antiga demanda dos produtores rurais rio-grandenses, finalmente havia sido solucionado. Além disso, a concessão de

crédito foi estendida às principais lideranças oposicionistas⁷, gesto que permitiu a Vargas costurar o apoio político desses quando concorreu à presidência do país em 1930 (AXT, 2002, p. 124).

Entendendo o jornal como um mecanismo de disputa pelo imaginário social, é possível afirmar que a narrativa sobre o banco, impressa nas páginas do jornal, serviu para construir, divulgar e ampliar o clima de otimismo econômico e benefícios políticos mútuos criados durante a gestão Vargas. Nos primeiros dois anos, a imagem do banco não foi desvinculada da ação governamental nas páginas do jornal *A Federação*, e sua excelência foi apresentada como resultado das qualidades de Getúlio Vargas e de seu secretário da Fazenda. Assim, o banco foi constantemente utilizado pelo jornal *A Federação* para construir certas representações de Getúlio Vargas perante o imaginário social da época.

No entanto, essa narrativa em torno do banco precisou ser revista após seu desempenho diminuir drasticamente no início da década de 1930. Enquanto apenas no ano de 1928 foram concedidos 75 empréstimos hipotecários, sendo 37 rurais e 38 urbanos (A FEDERAÇÃO, n. 105, 1929, p.1), durante todo o ano de 1930 foram concedidos apenas 5 empréstimos hipotecários rurais e nenhum empréstimo hipotecário urbano (A FEDERAÇÃO, n. 73, 1931, p. 7). A explicação para isso é que o banco havia imobilizado a maior parte dos recursos disponíveis na carteira hipotecária, ao mesmo tempo em que a emissão de letras hipotecárias no exterior – fonte de novos recursos – não encontrava investidores, o que pode ser em grande medida explicado pelo contexto de crise econômica geral a partir do final de 1929. Além de impedir o acesso a novos capitais estrangeiros por meio da emissão de letras hipotecárias com garantias do Estado, a crise mundial vivida pelo capitalismo em 1929, com grandes proporções especialmente a partir de outubro desse ano, foi responsável pelo cancelamento de um novo empréstimo externo almejado pelo governo, ampliando cada vez mais o problema da imobilização de recursos dentro do banco (AXT, 2002, p. 128).

Sem acesso às edições de *A Federação* durante o ano de 1930, foi necessário seguir com a análise a partir de 1931 em diante, momento em que o Banco do Rio Grande do Sul passou a ganhar um destaque muito menor nas páginas do jornal quando comparado ao período anterior: com muito menos menções e, quando ocorreram, geralmente na segunda metade do jornal, recebendo menos destaque. Conforme aponta Tania Regina de Luca, também se tornam alvo de questionamento dos historiadores em relação às fontes documentais – e aqui ganha grande destaque os jornais – as "zonas de silêncio que estabelecem" (2008, p. 114). Nesse sentido, é possível afirmar que o número radicalmente menor de menções ao banco nas páginas de *A Federação* ao adentrar a década de 1930

⁷ Sobre o assunto, Gunter Axt afirma que Assis Brasil, a maior liderança oposicionista ao PRR, obteve um financiamento de 1.500 contos no recém-fundado Banrisul, rompendo assim com os sucessivos boicotes sofridos junto aos demais bancos gaúchos graças às influências políticas de Borges de Medeiros (AXT, 2002, p. 124).

refletiu as dificuldades encontradas pela instituição em conceder novos empréstimos e realizar suas principais funções, o que, conseqüentemente, dificultou sua instrumentalização na construção de uma imagem positiva de Flores da Cunha⁸.

A lacuna de fontes disponíveis, coincidentemente, demarca as dificuldades econômicas do banco e o início de um novo contexto político no estado. Além disso, no início da década de 1930, os rio-grandenses testemunharam uma de suas maiores crises financeiras. A esse respeito, "após sofrer uma 'corrida' desenfreada por parte de seus depositantes, os quais buscavam resguardar-se ante rumores de anormalidade quanto à situação do banco" (LAGEMANN, 1985, p. 55), em abril de 1930, o Banco Popular declarou falência, em um momento em que o Banrisul não foi capaz de socorrê-lo devido às dificuldades já descritas (AXT, 2002, p. 128). Para piorar ainda mais o cenário, em janeiro de 1931, foi a vez do Banco Pelotense requerer sua liquidação após dois anos de sucessivas baixas no volume de depósitos (LAGEMANN, 1985, p. 131). Sobre ambos os bancos, Eugenio Lagemann aponta outras possíveis causas para a má situação que esses estabelecimentos enfrentaram; no entanto, a retirada de uma volumosa quantia de depósitos prejudicou diretamente a capacidade de funcionamento deles⁹.

Com os acontecimentos acima descritos, o clima passou a ser de desconfiança em relação ao sistema bancário como um todo. Isso ficou perceptível nos materiais do próprio banco que foram publicados, como o relatório da diretoria publicado no jornal em 27 de março de 1931.

A falencia do Banco Popular, que aqui funcionava há doze anos, estabeleceu pânico na organização econômica popular. Das mais poderosas do Paiz, a instituição bancária do Rio Grande do Sul jamais soffreu na sua continuidade e na sua eficiente organização. **Não há motivos para intranquilidade.** (A FEDERAÇÃO, n. 73, 1931, p. 7, grifo nosso).

No mesmo sentido, ao noticiar a quarta assembleia geral dos acionistas, *A Federação* deu destaque a fala de Renato Costa, diretor do banco que presidiu a sessão e explicou que

No período de Fevereiro de 1930 a Fevereiro de 1931, consoante detalhes da estabilidade, houve no BANCO um aumento nos depósitos em geral, em cerca de sete mil contos de réis, não obstante os balancetes mensaes accusarem um decréscimo, pois que, este foi oriundo de retiradas de vulto, effectuadas pelo Estado, pela Viação Ferrea e, principalmente, pelas municipalidades. (A FEDERAÇÃO, n. 82, 1931, p. 7)

⁸ Conforme já pontuamos algumas questões relacionadas à política da década de 30, cabe retomar que, desde a Revolução de Outubro, Getúlio Vargas havia se tornado Chefe do Governo Provisório do Brasil após destituir o ex-presidente Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes. No Rio Grande do Sul, após um breve momento entre 9 de outubro e 28 de novembro de 1930, quando foram nomeados os governadores Osvaldo Aranha e Sinval Saldanha, foi então nomeado o Interventor Federal José Flores da Cunha, que ocupou o posto até 1935, quando passou a ser Governador eleito e permaneceu no cargo até 18 de outubro de 1937, quando renunciou.

⁹ O pedido de liquidação feito pela diretoria do Pelotense causou espanto em toda a população e, especialmente, entre os seus depositantes. Isso exigiu que unidades de segurança fizessem a guarda dos prédios após a não abertura das agências (LAGEMANN, 1985, p. 130).

A preocupação em explicar a visível diminuição nos depósitos durante o ano de 1930 foi um esforço para demonstrar a confiabilidade e estabilidade do banco, sendo, portanto, injustificáveis quaisquer preocupações da população em relação aos seus depósitos no mesmo. Nesse sentido, no artigo intitulado "*Banco do Rio Grande do Sul A assembléa geral de hontem*", o jornal deu grande destaque à experiência dos novos diretores e conselheiros: "os novos eleitos para o cargo de diretores são pessoas sobejamente conhecidas no nosso meio bancário e social" (A FEDERAÇÃO, n. 245, 1931, p. 4). Para cada um dos eleitos, foi apresentada uma breve biografia profissional, em um claro esforço para garantir a credibilidade da instituição, deixando claro que os diretores eleitos eram realmente capazes de conduzir os rumos do banco.

Nos anos subsequentes, foram raríssimas as menções ao banco e ainda menos as narrativas que o aproximaram do executivo rio-grandense. Isso mudou apenas em 1937, ano em que ele voltou a ser mencionado de forma repetida, sendo inclusive instrumentalizado em favor da imagem do governador Flores da Cunha. No entanto, as estratégias narrativas e representações forjadas foram bastante diferentes daquelas empregadas nos anos de 1928 e 1929 com o presidente Getúlio Vargas.

Essa nova forma de apresentar o banco começou com a reprodução em primeira página do discurso intitulado "*A voz vibrante de São Paulo se levanta na Camara, em defesa do Rio Grande do Sul A integra do sensacional discurso proferido pelo Deputado Teotônio Monteiro de Barros sobre a situação politica e economica do Estado*". Nesse discurso, o deputado paulista buscou tranquilizar a Câmara quanto às acusações que circularam nos dias anteriores sobre as intenções do governador Flores da Cunha em armar a Brigada Militar para uma suposta ofensiva contra Getúlio Vargas. Quanto a isso, é importante ter em mente o que menciona Elíbio Júnior: foi ao longo de 1935 que se intensificaram os desacertos entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha, o que culminou no rompimento definitivo entre os dois e na renúncia do último em 1937 (2006, p. 145).

Apesar disso, pode-se concluir que, apesar da existência dos atritos, a disputa entre os dois só ganhou ares públicos e diretos nas páginas de *A Federação* a partir de dezembro de 1936 e recrudescceu a partir de março de 1937, quando Vargas interveio no Distrito Federal (BATISTA DA SILVA, 2021, p. 11). O discurso de Teotônio Monteiro se inseriu nesse contexto, no qual *A Federação*, contando com a editoração de Celestino Prunes, dedicou-se intensamente a fazer a defesa de Flores da Cunha e a atacar Getúlio Vargas em todos os aspectos possíveis. Porém, para este trabalho, interessa especialmente o que diz respeito ao Banrisul, e sobre isso, o trecho a seguir, retirado da fala de Monteiro, é importante:

Está o Banco do Rio Grande do Sul tomado de fase de franca prosperidade e prospera principalmente porque observando como norma de conduta uma sabia orientação em face dele **o governo entregou sua gerencia, sua administração aos técnicos de**

competencia e idoneidade evitando o entrometimento do poder publico no curso de suas operações. (A FEDERAÇÃO, n. 123, 1937, p. 1, grifo nosso).

Interpelado pelo deputado Demétrio Xavier, que apontou que o banco foi criação de Getúlio Vargas, outro deputado, Ascanio Tubino, respondeu que o banco "depois lutou com dificuldades e quem o levantou foi o sr. Flores da Cunha" (A FEDERAÇÃO, n. 123, 1937, p. 1). Monteiro retomou a fala e concluiu que, diante de uma boa situação financeira, não havia motivos para suspeitar do governador no Rio Grande do Sul.

Nos dois trechos supracitados, temos duas questões diferentes: primeiro, Teotônio Monteiro mencionou a entrega da administração do banco a pessoas de competência comprovada e, em segundo lugar, Ascanio Tubino afirmou que as dificuldades enfrentadas pelo banco foram superadas graças a Flores da Cunha.

A resposta de Ascanio Tubino está em consonância com o próprio relatório de Flores da Cunha, enviado a Getúlio Vargas em 1935, no qual foi dito o seguinte:

Um das mais graves situações que tive de enfrentar e resolver, ao assumir a Interventoria, foi a do Banco do Rio Grande do Sul [...] Por intermédio da Secretaria da Fazenda foram tomadas imediatas medidas de amparo ao referido Estabelecimento, secundadas pela respectiva Directoria, e, com satisfação, posso declarar que o Banco do Rio Grande do Sul desfructa hoje, no terreno de sua actividade, uma situação de confiança, prosperidade e solidez, que o colloca em destacada posição nos meios bancários do Estado. (A FEDERAÇÃO, n 89, 1935, p. 14).

Mas em 1937, esse já não era mais o discurso que Flores da Cunha gostaria de transmitir, e isso fica evidente ao ler seu discurso proferido no X Congresso Rural. Nesse discurso, com a intenção de demonstrar que o Instituto Rio Grandense de Carnes poderia solucionar seus problemas sem a interferência direta do governo, Flores da Cunha deu o exemplo do que teria ocorrido no Banco do Rio Grande do Sul:

Havendo eu encontrado este grande estabelecimento de credito, que é o Banco do Rio Grande do Sul, quando assumi o governo do Estado, em condições precaríssimas, **é ele hoje, sem que eu tenha intervindo nas suas operações e nos seus negócios, uma potencia em nossa vida comercial e bancaria.** (A FEDERAÇÃO, n. 160, 1937, p. 1 e 6, grifo nosso).

A não interferência, ressaltada por Flores da Cunha, coincide com o trecho reproduzido do discurso de Teotônio Monteiro. Ainda sobre isso, alguns dias depois, *A Federação* publicou um editorial intitulado "Os Infanticidas do Getulismo", no qual buscou responder várias críticas proferidas por Moysés Vellinho¹⁰. Em relação ao Banrisul, o editorial disse que

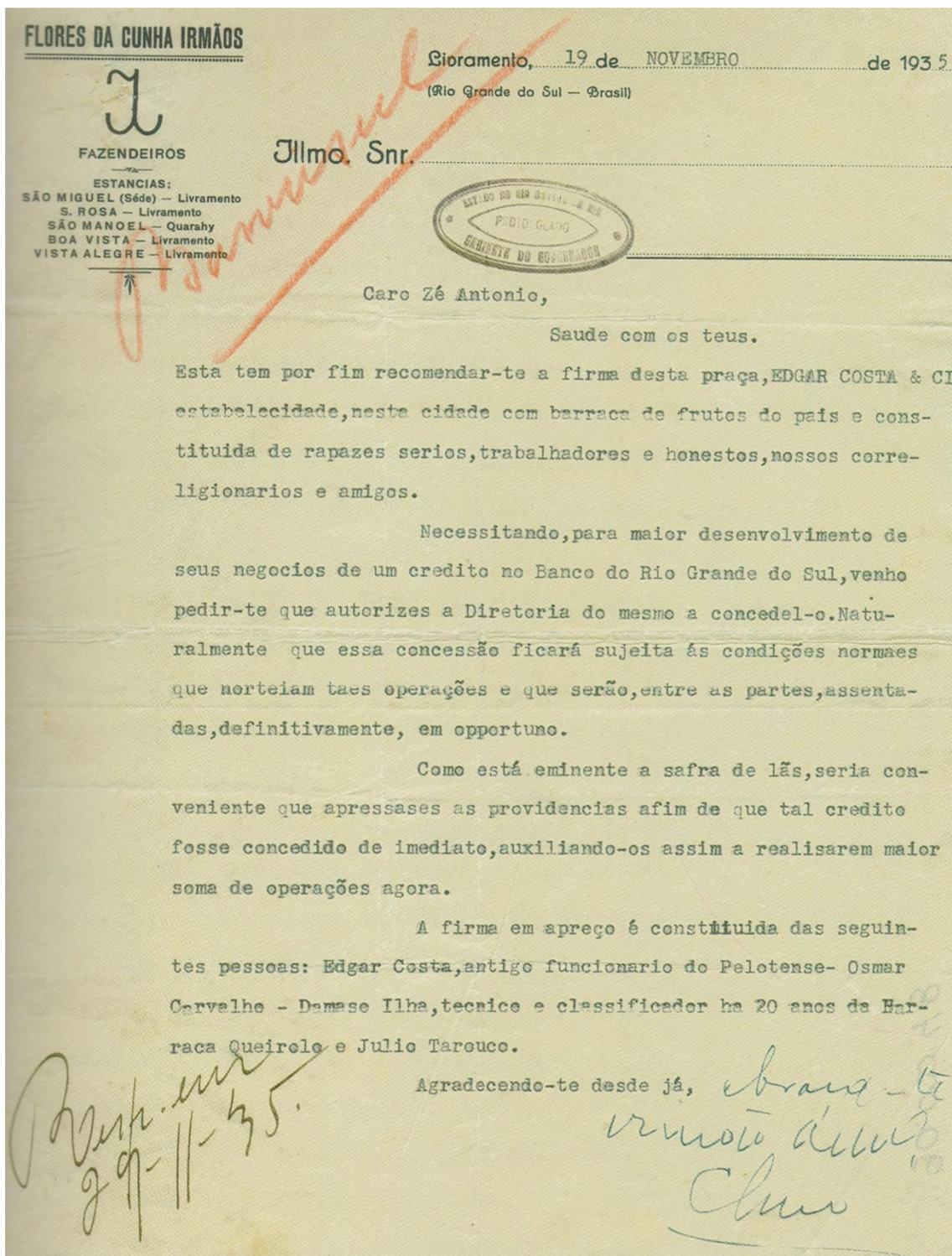
¹⁰ Moysés Vellinho era membro do PRL, mas estava vinculado ao grupo chamado Dissidência Liberal, que havia rompido politicamente com Flores da Cunha e continuava apoiando Getúlio Vargas diante da disputa entre os dois. Após a renúncia

O assunto que se refere ao Banco do Rio Grande, é, porém, mais interessante. Obra também do sr. Getúlio Vargas, trouxe como era natural um **vício de origem**. Mas aqui o erro foi menor: constituiu apenas em ser dirigido, inicialmente, **pelo sr. Paim Filho que, de parceria com o Presidente do Estado, transformou aquele estabelecimento de crédito em arma política, distribuindo dinheiros públicos entre amigos** com prodigalidade só comparável á falta de garantias com que eram executadas as transações. Essa notável orientação impressa ao Banco pelo sr. Paim Filho **só não o levou a falência porque o General Flores da Cunha assumiu em tempo o governo e conseguiu “divorciar” aquele estabelecimento bancário “de suas legítimas finalidades”**. (A FEDERAÇÃO, n. 170, 1937, p. 1, grifos nossos, aspás do autor).

A única interferência de Flores da Cunha nesses discursos teria sido combater o "vício de origem" daqueles que utilizaram o banco como um imprudente instrumento político. Apesar do esforço para construir tal narrativa, o cruzamento com outras fontes documentais permite comprovar as interferências de Flores da Cunha em prol de seus interesses particulares. É o caso da carta (Figura 1), recebida de um de seus irmãos, no dia 19 de novembro de 1935, diretamente de Santana do Livramento, local onde a família Flores da Cunha possuía diversas estâncias e grande influência.

de Flores da Cunha, o jornal A Federação passou a ser administrado pela Dissidência Liberal, e Moysés Vellinho assumiu a editoração do mesmo.

Figura 1: Carta da Flores da Cunha Irmãos enviada ao governador Flores da Cunha



Fonte: SILVEIRA, 2004, p. 49.

Na carta acima, foi solicitado a Flores da Cunha que autorizasse a diretoria do Banrisul a conceder crédito, com rapidez, para uma outra empresa de Santana do Livramento. Dez dias depois, Flores da Cunha reencaminhou a carta para a direção do banco, como é possível ver no destaque em lápis vermelho e no canto inferior esquerdo. Esse documento evidencia as relações familiares e de

compromissos mútuos que pairavam sobre a administração pública a despeito do grande esforço para construir uma certa representação que negasse tais práticas

CONCLUSÕES

A criação do Banrisul em 1928 foi uma resposta há muito esperada pelos produtores rurais gaúchos, que buscavam uma linha de crédito de longo prazo com juros baixos. Essa solução parecia sólida e foi amplamente instrumentalizada por Getúlio Vargas, tanto em termos de política conciliadora ao conceder crédito quanto na esfera das representações e disputas pelo imaginário social. O jornal *A Federação* desempenhou um papel crucial nesse aspecto, sendo utilizado como um mecanismo de disputa pelo imaginário social pelos governantes rio-grandenses e pelos partidos situacionistas, inicialmente o PRR e, posteriormente, o PRL. Analisar as páginas do *A Federação* permitiu compreender como o Banrisul foi representado em diferentes momentos e como ele contribuiu para a construção de certas representações políticas.

Entre 1928 e 1929, o Banrisul teve um desempenho satisfatório, concedendo empréstimos de longo prazo com pagamentos semestrais. Essa prática foi amplamente divulgada nas páginas do *A Federação*, que associou sistematicamente o banco à imagem de Getúlio Vargas. Essa estratégia contribuiu para a construção de uma imagem positiva de Vargas no imaginário social rio-grandense.

No entanto, os problemas econômicos do início da década de 1930 levaram a mudanças nas narrativas em torno do Banrisul. A estagnação de sua carteira hipotecária impediu a contínua instrumentalização política, e o primeiro sintoma disso foi a diminuição drástica das menções ao banco nas páginas do jornal. Além disso, dentre as menções ao banco, foi muito presente a defesa da tecnicidade, algo que perpassou os discursos do governo florista nas mais diversas áreas da administração pública, conforme aponta Elíbio Junior (2006, p. 209). Essa característica fez parte de um contexto no qual a figura do técnico e do administrador passou por um processo de valorização graças às suas formações acadêmicas e ao suposto distanciamento e neutralidade em relação a interesses políticos – qualidades que tornavam esses profissionais capazes de romper com o atraso e potencializar a criação eficiente de riqueza (GOMES, 1994, p. 4 apud ELÍBIO JUNIOR, 2006, p. 209).

Do relativo silenciamento, característico nos primeiros anos da década de 1930, o banco voltou a ser utilizado politicamente por Flores da Cunha, no entanto, de maneira bastante distinta daquela empregada por Vargas: percebe-se como a narrativa empregada, de forma intensificada em 1937, buscou separar completamente a imagem do banco da imagem do executivo gaúcho, mais precisamente, de Flores da Cunha. A esse respeito, não se pode desconsiderar a disputa entre Vargas e Flores da Cunha, sendo que para este, o objetivo foi mostrá-lo como o verdadeiro nome da

Revolução de 30, enquanto aquele teria traído o movimento revolucionário e passado a compactuar com a "velha política" – para usar a linguagem dos vitoriosos de 30.

Representá-lo como um governante que não interferiu nos negócios do banco, ao permitir que os técnicos agissem da forma mais adequada, também se inseriu no discurso geral de defesa dos princípios democráticos, do constitucionalismo e da luta contra arbitrariedades e manipulações que supostamente guiavam a velha política pré-30. No entanto, é possível cogitar outra hipótese: uma vez que o banco foi fortemente instrumentalizado por Vargas, tanto na prática ao conceder crédito aos antigos rivais, quanto nas representações criadas pelo jornal *A Federação* durante os anos de 1928 e 1929; é possível que, diante do cenário de crise enfrentado pela instituição a partir de 1930, o banco não pudesse mais ser instrumentalizado à vontade pelo governo gaúcho com o intuito de manter o apoio dos produtores que continuavam a demandar crédito de longo prazo, algo que o banco já não era mais tão capaz de ofertar.

Durante o recorte deste trabalho, o processo de formação das diretorias não passou por grandes mudanças¹¹, e o estado do Rio Grande do Sul continuou sendo o acionista absoluto do Banrisul. Isso o tornava responsável pela escolha direta de três dos quatro diretores, fato que demonstra a relação prática e contínua mantida entre o executivo rio-grandense e a diretoria do banco. No entanto, apesar disso, o discurso que se buscou construir na época de Flores da Cunha, intensificado em 1937, afirmou ter ocorrido a "entrega" da administração e dos negócios do banco para as mãos de técnicos competentes, racionais e politicamente neutros na hora de administrar, mesmo que documentos como a carta da Figura 1 demonstrem o contrário.

Isso pode ser entendido como uma estratégia discursiva de Flores da Cunha para não ser responsabilizado pela falta de empréstimos e, conseqüentemente, não ter sua imagem profundamente prejudicada, especialmente frente às classes produtoras (principais interessadas no crédito de longo prazo), mas também frente ao restante da sociedade que experimentou, a partir da década de 1930, um progressivo aumento no número de eleitores com a inserção de trabalhadores na política, por exemplo (GOMES, 2005, p. 23 apud ELÍBIO JUNIOR, 2006, p. 200).

A respeito dos critérios que se buscou estabelecer na hora de conceder empréstimos, o relatório da diretoria do Banrisul, referente ao ano de 1933, iniciou afirmando que "na forma habitual, continuamos a desenvolver nossas operações em bases sólidas e observando uma segura e racional distribuição de crédito" (*A FEDERAÇÃO*, n. 71, 1934, p. 6, grifo nosso). Pelo menos nos discursos, houve um esforço considerável para demonstrar que a concessão de crédito seguia critérios seguros

¹¹ Exceto pelo fato de o cargo de presidente ter sido extinto em 1931, o que fez com que os outros quatro diretores atuassem como uma espécie de colegiado (SILVEIRA, 2004).

e racionais, devidamente avaliados pelos técnicos competentes. Isso visou retirar de Flores da Cunha a responsabilidade pelo baixo nível de operações de longo prazo que foram realizadas.

REFERÊNCIAS

A FEDERAÇÃO: ORGAM DO PARTIDO REPUBLICANO (RS) – 1884 A 1937. Rio de Janeiro:

Biblioteca Nacional Digital. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=12685>>. Acesso em: 24 mai. 2023.

AXT, Gunter. O governo Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul (1928-1930) e o setor financeiro regional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 29, p 119-139, 2002.

BACKZO, Bronislaw. Imaginação Social. In: LEACH, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BATISTA DA SILVA, Yuri. A representação de Getúlio Vargas no jornal A Federação durante os anos de 1936 e 1937. *Ofícios de Clio*, Pelotas, v. 6, n. 10, jan-jun 2021. Disponível em:

<<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/cli/article/view/1974>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Algés: DIFEL, 2002.

ELÍBIO JUNIOR, Antônio Manuel. *A construção da liderança política de Flores da Cunha: Governo, História e Política (1930-1937)*. 2006. 426 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2006.

JUNGSMANN, Cristina. Os republicanos liberais e a nova fase de “A Federação” (1932/1937). In: TRINDADE, Hélgio (org). *Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 393-402.

LAGEMANN, Eugenio. *O Banco Pelotense e o Sistema Regional*. 1 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PICCOLO, Helga. Julio de Castilhos, redator na imprensa acadêmica em São Paulo. In: AXT, Gunter et al (org.). *Julio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. P. 85-96.

ROSSINI, Miriam. O jornal A Federação e seu papel político. In: AXT, Gunter et al (org.). *Julio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. P. 229-240.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do Jornalismo*. 3 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVEIRA, Núbia (Org.). *Banrisul, o nosso banco*. Porto Alegre: Banco do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Facundes. “A Federação” e os republicanos históricos rio-grandenses (1928-1932). In: TRINDADE, Héliqio (org). *Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 325-333.